

Aula de democracia em escola pública

Quando se matriculou no curso de Direito da USP, Lucília Falsarella Pereira, de 18 anos, recebeu um folder sobre o Grupo de Cidadania. Interessou-se de cara. Sabia que o grupo precisava de gente que estivesse a fim de pôr a mão na massa e, ao mesmo tempo, sacou que poderia aprender muito.

A cada ano, o Grupo de Cidadania tem um projeto. Para este ano, depois de uma discussão sobre o tema, chegaram a um projeto bastante ambicioso, porém fundamental: promover debates e dar cursos sobre cidadania em escolas públicas. "Só quem sabe sobre direito são os que fazem uma graduação e não deveria ser assim", protesta Lucília.

Não foi fácil achar colégios que topassem o ousado projeto. Conseguiram apenas um, no Jardim Miriam (Zona Sul de São Paulo). O grupo estruturou o curso em nove aulas sobre democracia, participação política, função dos políticos e manipulação da mídia e da propaganda. "Resolvemos falar sobre essas questões porque era ano eleitoral", explica Raul do Valle, de 20 anos, também integrante, estudante de Direito e militante de carteirinha dos direitos humanos.

Para 97, pretendem estender o curso. "Já estamos entrando em contato com as escolas", diz Raul. "Queremos expandir esse projeto, mas precisamos da ajuda de alunos de outras faculdades."

Os sete estudantes do Grupo de Cidadania não estão dando conta de pôr em prática tantas idéias. Quem for a favor do tudo pelo social pode se apresentar nas reuniões do Grupo de Cidadania, todas as quartas-feiras, às 18h30, na Fa-

culdade de Direito da USP (Largo São Francisco, 95).

Aluna do 4º ano de Direito, Karina Batista Sposato, de 20 anos, trabalhou durante um ano no Grupo de Cidadania e também fez parte do 11 de Agosto. Em março de 95, entrou no Núcleo de Estudos da Violência. Católica praticante, participa, às quintas-feiras, das reuniões do grupo de jovens de sua igreja no Colégio Rainha da Paz. "Querida que minha profissão e estudo tivessem ligação direta e constante com o ato de ajudar", diz. Ela também colabora com a Pastoral Carcerária. "Visito os presos,

converso e rezo com eles", conta. "Isso ajuda eles e a mim também, já que acaba com a imagem desumana que temos em relação aos detentos."

Faz parte do dever de Karina, que trabalha na Comissão Teotônio Vilela, ficar de olho em noticiários, preparar relatórios e denunciar as brutalidades que acontecem no País, como rebeliões, chacinas e casos de violência em geral. Se é um caso grave, se pede a abertura de inquérito, o que serve para cobrar providências das autoridades. "Algumas vezes, gostaria de acompanhar mais de perto os casos", lamenta. "Mas dá para

ver que nossa manifestação pressiona as autoridades e conseguimos a adesão de outras entidades."

É um trabalho delicado, de muita responsabilidade. Como a comissão está participando da CPI dos manicômios, Karina teve de visitar um hospital psiquiátrico. Nunca mais vai esquecer a experiência. "Os doentes mentais deveriam estar sendo submetidos a um tratamento, mas, na verdade, estão sendo punidos", diz, perplexa. "Tenho tantos amigos que nem sabem que isso acontece, se vissem, talvez quisessem ajudar a mudar a situação." (D.B.)